



17  
8  
037

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 196928-6/02**

**AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**AGRAVADO: SOCIEDADE COMERCIAL SÃO PEDRO LTDA.**

**RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**

**ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL**

*De 7/2/2014  
5532*

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA NOS AUTOS DE RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR IRRISÓRIO DA DÍVIDA QUE GEROU A EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR DO EXEQUENTE. POSSIBILIDADE DO NÃO AJUIZAMENTO DE TAL AÇÃO EXECUTIVA. PREVISÃO NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 133/2008, A QUAL ALTEROU A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2007. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.**

- Q*
- 1 - É pacífico o entendimento de que cabe ao magistrado, ao verificar a necessidade e utilidade do provimento jurisdicional pleiteado, afastar as ações executivas fiscais de valor irrisório, aos quais, além de sobrecarregarem a máquina judiciária, geram, outrossim, prejuízos ao erário público, porquanto os custos realizados para obter a cobrança irão superar ou equivaler o valor do crédito executado.**
  - 2 - Nesta ordem de idéias, pode-se concluir que, ao serem propostas execuções fiscais, cujos valores dos débitos caracterizarem-se como ínfimos, em razão de não gerar qualquer utilidade para o demandante, é imprescindível o reconhecimento pelo órgão jurisdicional da ausência do interesse de agir, ou seja, da ausência do interesse público na demanda.**
  - 3 - Ressalta-se que, para que seja realizada tal aferição, deve-se levar em consideração, apenas, o valor da dívida que gerou o processo executivo, e não outros créditos que, porventura, existam em relação ao mesmo contribuinte.**

18  
5  
038

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo**

**4** - Nesse andar, em consonância com o entendimento esposado acima, ou seja, visando desobstruir o aparelho estatal de execuções fiscais de valores irrisórios, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 133/2008, a qual modificando o artigo 2º, da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007, passou a prever a possibilidade do não ajuizamento da ação executiva ou da desistência da mesma, nos casos em que o débito pleiteado na execução não ultrapassar os valores estipulados na referida Lei, o que se coaduna com a hipótese dos autos.

**5** - Recurso conhecido e não provido à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 196928-6/02, figurando como Agravante o ESTADO DE PERNAMBUCO e como Agravado SOCIEDADE COMERCIAL SÃO PEDRO LTDA.; Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010

**Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**

**- Relator / Presidente -**



19  
4  
039

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

---

**RECURSO DE AGRAVO Nº 196928-6/02**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** SOCIEDADE COMERCIAL SÃO PEDRO LTDA.

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**RELATÓRIO**

O Estado de Pernambuco interpôs com o presente Recurso de Agravo de decisão terminativa monocrática prolatada nos autos do Recurso de Agravo em apenso, que deu provimento parcial ao referido recurso.

Alega o Agravante, sucintamente, que o relator não se retratou, nem submeteu o recurso ao órgão colegiado; que a decisão recorrida está em confronto com a legislação estadual que rege a matéria, uma vez que a Lei Complementar Estadual nº 105/2007, com redação dada pela Lei Estadual nº 133/2008 prevê requisitos cumulativos para a Fazenda Pública desistir das execuções, e assim, deve ser observado o crédito total, que no presente caso é de quase R\$ 50.000,00, estando a decisão fustigada de encontro ao § 1º, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 105/2007 que veda a desistência da execução fiscal.

Requer a retratação integral da decisão, em caso contrário, o julgamento do recurso pela Câmara.

É o relatório.

Recife, 26/01/2010

  
**Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**

- Relator -



20  
+

040  
/

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo**

---

**RECURSO DE AGRAVO Nº 196928-6/02.**

**AGRAVANTE:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**AGRAVADO:** SOCIEDADE COMERCIAL SÃO PEDRO LTDA.

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**VOTO**

Colacionando os autos, vislumbro que a decisão combatida não merece reparo.

É pacífico o entendimento de que cabe ao magistrado, ao verificar a necessidade e utilidade do provimento jurisdicional pleiteado, afastar as ações executivas fiscais de valor irrisório, aos quais, além de sobrecarregarem a máquina judiciária, geram, outrossim, prejuízos ao erário público, porquanto os custos realizados para obter a cobrança irão superar ou equivaler o valor do crédito executado.

Nesta ordem de idéias, pode-se concluir que, ao serem propostas execuções fiscais, cujos valores dos débitos caracterizarem-se como ínfimos, em razão de não gerar qualquer utilidade para o demandante, é imprescindível o reconhecimento pelo órgão jurisdicional da ausência do interesse de agir, ou seja, da ausência do interesse público na demanda.

Ressalta-se que, para que seja realizada tal aferição, deve-se levar em consideração, apenas, o valor da dívida que gerou o processo executivo, e não outros créditos que, porventura, existam em relação ao mesmo contribuinte.

Nesse andar, em consonância com o entendimento esposado acima, ou seja, visando desobstruir o aparelho estatal de execuções fiscais de valores irrisórios, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 133/2008, a qual modificando o artigo 2º, da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007, passou a prever a



21  
+

041

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo**

---

possibilidade do não ajuizamento da ação executiva ou da desistência da mesma, nos casos em que o débito pleiteado na execução não ultrapassar os valores estipulados na referida Lei, senão vejamos:

**Lei Complementar nº 133, de 11 de dezembro de 2008.**

**Art 1º - O artigo 2º da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:**

**Art 2º - Ficam o Estado de Pernambuco, suas autarquias e fundações públicas autorizados a não ajuizar ação executiva fiscal cujo montante seja equivalente ou inferior a:**


**I- R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos créditos relativos ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);**

**II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em relação aos demais créditos tributários ou não tributários.**

**§ 1º- É obrigatório o ajuizamento da ação de execução fiscal quando o valor total dos débitos de igual espécie e não ajuizados do mesmo devedor superar os limites fixados nos incisos I e II do caput deste artigo.**

**§ 2º - O Estado de Pernambuco adotará meios extrajudiciais para a cobrança dos créditos referidos neste artigo.**

**Art 2º A Lei Complementar nº 105, de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 2º -A:**

 **Art 2º A- Ficam o Estado de Pernambuco, suas autarquias e fundações públicas autorizados a desistir ou requerer a extinção de ação de execução fiscal quando o valor total dos débitos do mesmo devedor for equivalente ou inferior aos limites fixados no art. 2º desta Lei.**



22  
1-  
042

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

---

**Parágrafo Único - A autorização de que trata o caput deste artigo é condicionada à inexistência de embargos à execução, salvo desistência do embargante, sem ônus para a Fazenda Pública.**

**Art 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.**

**Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.**

Destarte, depois de expostos os argumentos aduzidos acima, tenho que a decisão atacada é irretocável, pois na demanda em tela não está configurado o interesse de agir do exequente, tendo em vista que o valor do débito que gerou a demanda executiva.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume à decisão terminativa prolatada nos autos do Recurso de Agravo nº 196928-6/01.

Recife, 26/01/2020

  
**Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**

- Relator -